

SISTEMA EDUCACIONAL CUBANO: FATORES EXPLICATIVOS E REPRODUTIBILIDADE EM OUTRAS FORMAÇÕES SOCIAIS

Remo Moreira Brito Bastos¹

RESUMO

Este artigo consiste em uma análise do sistema educacional cubano instituído com a vitória da Revolução, em 1959, perpassando a contextualização histórica da transição de um regime socioeconômico capitalista dependente para outro regime, autodeclarado de caráter socialista, em 1961, e os principais fatores explicativos da consistência e do alto desempenho daquele modelo educacional, dentre os quais se pode destacar: o investimento sustentado em educação, sempre com elevado percentual do Produto Interno Bruto (o maior do mundo em 2012, segundo o Banco Mundial), a excelência da formação de seu corpo docente, o ambiente social favorável à cultura e à educação e os êxitos obtidos na redução das disparidades salariais, na diminuição do desemprego e na universalização dos serviços de educação e saúde de qualidade, os quais produziram a base para o que o economista Martin Carnoy chama de "capital social gerado pelo Estado". O objetivo principal do trabalho consiste em fornecer evidências empíricas da viabilidade e da sustentabilidade econômica e social de modelos educacionais antípodas aos seus congêneres devotados aos mecanismos de mercado. Para isso, utilizou-se como método análise bibliográfica e documental. Conclui-se que apesar das inquestionáveis conquistas daquele país na área educacional, a reprodutibilidade desses brilhantes resultados em outras nações não pode ocorrer de maneira mecânica, numa simples transposição das medidas, sem que se leve em consideração o contexto social, histórico, cultural e econômico. Não obstante, tal precaução não deve elidir ou mesmo atenuar o potencial heurístico do estudo desses processos, com vistas a subsidiar a melhoria dos sistemas educacionais de países em condições análogas daquela nação caribenha.

Palavras-chave: Educação cubana. Sistema educacional. Socialismo.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento internacional do padrão de excelência do sistema educacional cubano tem surpreendido e intrigado a muitos, não somente por balizar-se por princípios e valores antípodas dos seus

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Educação. E-mail: remomoreira@gmail.com.

congêneres submissos aos mecanismos de mercado, mas também por se localizar em um país bastante peculiar, com características *sui generis*, a começar pelo regime socioeconômico prevalecente, decorrente de uma revolução vitoriosa em 1959, cujo caráter foi declarado socialista pelos seus líderes em 1961.

Prevalece no senso comum a dificuldade de entender como um país pobre e sistematicamente hostilizado pela maior potência econômica e militar do planeta consegue empreender tal façanha, não obstante as imensas dificuldades econômicas que o afligem, principalmente após a desintegração da União Soviética (URSS) em 1990.

O presente artigo busca preencher a possível lacuna no esclarecimento e aprofundamento dessas questões, partindo da contextualização das transformações pelas quais passou a educação cubana desde 1959, explorando seus fundamentos ético-políticos e delineando as características e as opções políticas que podem explicar o êxito dessa pequena e brava nação em dotar seu povo de um invejável nível cultural, ímpar na América Latina, fator crucial na estratégia de soerguimento econômico daquele país, conforme exposto no decorrer do presente trabalho.

CONSOLIDAÇÃO DO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA EXCELÊNCIA DE SUA EDUCAÇÃO

Malgrado as árduas restrições econômicas e a constante ameaça à sua segurança nacional (com a tentativa de invasão de seu território, as sabotagens e as tentativas de assassinato de seus líderes por parte dos Estados Unidos, marcadamente na década de 1960) que tem enfrentado nesses 56 anos desde a entrada triunfal dos revolucionários em Havana, em janeiro de 1959, Cuba não somente resiste, reivindicando, mesmo com inegáveis sacrifícios de seu povo, a manutenção do socialismo, mas tem-se destacado como unânime referência internacional na área social pela excelência de seus sistemas de saúde e de educação, do qual se passa a tratar.

O reconhecimento do valor e da excelência do sistema educacional desse país caribenho nos quesitos igualdade e desempenho tem-se registrado mesmo em hostes inesperadas, notadamente nas organizações do sistema interestatal capitalista, tais como Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência

e Cultura (UNESCO) e Banco Mundial. Segue um breve apanhado dessas manifestações.

Recentemente, o *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos - 2015*, da Unesco (UNESCO, 2015), apontou que somente Cuba, na América Latina e Caribe, alcançou todos os objetivos mensuráveis de educação, propostos no Fórum Mundial de Educação em 2000, em Dakar, Senegal, ocasião em que governos de 164 países se comprometeram com objetivos como cuidados na primeira infância, educação primária universal, alfabetização de adultos e paridade e igualdade de gênero. O documento coloca Cuba em 28º lugar mundialmente, junto com Suíça, Reino Unido, Japão, Noruega e Finlândia. Enfatiza, por exemplo, indicadores de igualdade de gênero em todo o sistema educacional de Cuba, perto de paridade plena, e a proporção de alunos por professor. Confrontado com a média mundial de 40, Cuba tem uma proporção de apenas 10 alunos por professor².

Esse mesmo organismo internacional já havia, em 1998, divulgado outro documento (UNESCO, 1998)³ atestando o ímpar padrão de excelência do sistema educacional cubano. No ano anterior, sua sucursal na América Latina organizou e promoveu o Laboratório Latino-Americano para Avaliação da Qualidade da Educação, a primeira iniciativa do gênero no continente. Nesses testes, Cuba destacou-se, significativa e singularmente, de tal forma que o desempenho do quartil mais baixo dos seus estudantes ainda excedeu o da média do alcançado pelos discentes da região. A superioridade da *performance* cubana mostrou-se tão destoante em relação a todos os demais países do continente que aquela organização multilateral chegou a administrar uma segunda bateria de testes, os quais produziram os mesmos resultados (ERIKSON; LORD; WOLF, 2002).

No mesmo sentido tem-se expressado o Banco Mundial quando, em relatório setorial de 2014 no formato de livro (BRUNS; LUQUE, 2014, p. 2-11, grifo nosso) concluiu que

2 De acordo com os dados constantes no sítio eletrônico do Banco Mundial (WORLD BANK, 2015b), em 2012 Cuba era o país com menor número de alunos por professor em todo o mundo (nove), caso se considere, como entende este pesquisador, anômalas as diminutas dimensões populacionais, territoriais, econômicas e políticas de instâncias nacionais oficialmente tidas como "Estado", no que se refere a Liechtenstein, Luxemburgo e São Marino.

3 A responsabilidade pelas traduções no presente trabalho é de seu autor.

Nenhum corpo docente na região hoje (*talvez com exceção de Cuba*) pode ser considerado de alta qualidade quando comparado globalmente [...].
[...]

Nenhum sistema escolar da América Latina hoje, com exceção *talvez de Cuba*, está muito próximo de padrões elevados, elevado talento acadêmico, remuneração alta ou, pelo menos adequada, e grande autonomia profissional, que caracterizam os sistemas educacionais mais exitosos do mundo (como os encontrados na Finlândia; Cingapura; Xangai; China; Coreia; Suíça; Holanda e Canadá).

O documento salienta ainda que em 2012 nenhum país da região, exceto aquela nação caribenha, tinha mais do que 30% de todas as crianças matriculadas em creches (para as crianças de seis meses a quatro anos de idade), e que no nível pré-escolar, nenhum país latino-americano, exceto aquele, universalizou cobertura pré-escolar para quatro e cinco anos de idade, apesar de vários deles terem alcançado a matrícula universal de cinco e seis anos de idade em meio dia para o nível pré-escolar⁴.

Outro estudo produzido sob os auspícios daquela instituição financeira (GASPERINI, 2000) destaca a matrícula e o atendimento escolar universal; a quase alfabetização universal de adultos; representação feminina proporcional em todos os níveis, incluindo o ensino superior; uma forte base de treinamento científico, particularmente em química e medicina; a consistente qualidade pedagógica em todas as salas de aula do país, independentemente da localização, e a igualdade de oportunidades de educação básica, mesmo nas áreas pobres, seja no meio rural ou no urbano.

4 Tendo atingido há décadas a universalização do ensino fundamental e médio, Cuba caminha a largos passos para ampliar essa conquista para o nível superior, consolidando, assim, o caráter universal de todo seu sistema educacional. O Plano de Universalização da Educação Superior foi implantado em 2003, com a meta de integrar todos os jovens de 18 a 25 anos na universidade em um prazo de 10 anos (CRUZ TEJAS, 2004 apud TROJAN, 2008); já em 2009, 63,21% deles estavam matriculados em uma instituição desse nível, perfazendo uma realidade de 8,14% da população com nível superior e 14,72 % dos trabalhadores com esse nível de instrução (MARTÍN SABINA; BENÍTEZ CÁRDENAS, 2011). Com efeito, todos os jovens cubanos que concluem o ensino secundário pré-universitário têm garantido acesso à universidade, desde que sejam aprovados no exame de ingresso; caso não o sejam, são encaminhados para os programas de superação. Dessa forma, pode-se inferir que a universalização do ensino superior em Cuba é uma realidade.

Cabe pontuar que em 2001, na sequência da divulgação de seu relatório anual *World Development Indicators*, aquela organização multilateral, por intermédio de seu então presidente, James Wolfensohn, elogiou o governo cubano pelos êxitos na área social, a despeito do bloqueio econômico⁵ àquele país, imposto pelos EUA.

‘Cuba tem feito um grande trabalho em educação e saúde’, Wolfensohn disse aos jornalistas no final das reuniões anuais de primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). ‘Eles têm feito um bom trabalho, e não me envergonha admiti-lo.’ (LOBE, 2001, s/p).

Importa assinalar ainda que em 2015 esse organismo financeiro internacional divulgou em seu sítio eletrônico (WORLD BANK, 2015a) que *Cuba foi, dentre todos os países do mundo, o que maior percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinou à educação em 2010 (12,8%), superando países ricos como EUA, com 5,4%, Dinamarca, com 8,7% e Reino Unido, com 6,2%, por exemplo.*

Por si só, a magnitude do admirável desempenho do sistema educacional de uma nação pobre como Cuba já impressionaria, sobretudo nas condições de hostilidade impostas por parte da (ainda) maior potência econômica e militar do planeta, o que tem significado o isolamento forçado desse país caribenho dos circuitos globais mais significativos em termos de comércio exterior, capitais

5 À luz da análise do discurso, o emprego de determinadas palavras ou expressões, em detrimento de outras, não é inocente nem apenas uma questão de mera opção semântica. A preferência das autoridades governamentais, da mídia e de vastos segmentos acadêmicos conservadores estadunidenses pelo termo embargo, em vez de bloqueio, encobre um sutil, porém eficaz, mecanismo de encobrimento dos desdobramentos éticos, jurídicos e políticos dessa prática por parte dos EUA. Geralmente, refere-se a embargo como a forma judicial de reter bens, para assegurar o cumprimento de uma obrigação contraída legitimamente, podendo também constituir uma medida preventiva de caráter patrimonial autorizada por um juiz, tribunal ou outra autoridade competente, o que não parece ser o caso no que concerne a Cuba com relação aos EUA após a eclosão da Revolução de 1959. Já o bloqueio é entendido no Direito Internacional, desde a Conferência Naval de Londres em 1909, como um ato de guerra, pelo que a sua utilização só é possível entre beligerantes, não existindo, naquele ramo do Direito, norma alguma que institua ou permita o chamado “bloqueio pacífico”, uma prática das potências coloniais do século XIX e início do século passado. Com efeito, Washington emprega a figura do embargo para não reconhecer que aplica a Cuba sanções típicas de guerra, sem declarar essa legalmente, em nítido desrespeito à soberania e à integridade territorial da nação caribenha e ao seu legítimo direito de escolher seu próprio sistema político e social. Para aprofundamento, conferir Fernandez (2012).

e investimentos. Contudo, torna mais marcante ainda a façanha cubana o fato de que os valores, o *modus operandi* e a política de Estado que pautou (e tem pautado) todo o planejamento, as diretrizes e a efetiva operacionalização da política social daquela nação, notadamente na área de educação, a qual nos toca no presente estudo, destoam completamente dos paradigmas de política educacional ancorados no fundamentalismo de mercado prescritos por esses mesmos organismos multilaterais que reconheceram o êxito cubano nessas áreas.

A próxima seção recupera o contexto sócio-histórico no qual se engendrou esse sistema educacional, por toda a década de 1960 e início da de 1970.

CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Não obstante inserir-se, na década de 1950, numa sociedade, à exceção de Argentina e Uruguai, bem mais escolarizada do que a dos demais países latino-americanos, com uma porcentagem não tão elevada, para parâmetros de Terceiro Mundo, de analfabetos (23,6%), uma força de trabalho bem estruturada e assimilada à ordem socioeconômica existente e um campesinato proletarizado, a educação cubana da era pré-revolucionária visava nitidamente à reprodução de uma organização de produção capitalista dependente, voltada às necessidades de uma quantidade limitada de mão de obra especializada e à formação de pessoal administrativo e de profissionais liberais, além de socializar sua classe trabalhadora no âmbito de uma economia dominada pelo capital internacional, caracterizada pelo consumo de produtos estrangeiros, por uma distribuição de renda acentuadamente desigual e pelo alto índice de desemprego (CARNOY; WERTHEIN, 1984). De acordo ainda com esses autores, “[...] os Estados Unidos controlavam não só o eixo central da economia cubana, mas também as instituições políticas, organizadas para manter a sociedade dentro da esfera norteamericana de influência.” (CARNOY; WERTHEIN, 1984, p. 17).

A Revolução alterou drasticamente essa relação, provocando uma ruptura dos laços políticos e econômicos da pequena ilha com os Estados Unidos. As diretrizes básicas iniciais do plano de ação do novo governo tinham como premissa fundamental a incorporação da massa da população aos setores dinâmicos da economia e elevar

a produtividade por meio da educação de sua classe trabalhadora, o que, como se poderia esperar, não seria obtido sem a resistência dos setores privilegiados no antigo regime, notadamente o comércio estrangeiro e os profissionais especializados, ante a transferência de recursos orçamentários dessas esferas para as que então passavam a ser prioritárias na nova ordem social. Boa parte desses segmentos havia apoiado a guerrilha, acreditando tratar-se de um movimento apenas reformista, contudo, diante da nova conjuntura, tida como desfavorável, emigrou para os Estados Unidos, levando consigo qualificações que desfalcariam consideravelmente a formação técnico-profissional de Cuba.

Quando, em 16 de abril de 1961, Fidel Castro anuncia, oficialmente, o caráter socialista da Revolução, três dias depois ocorre a invasão da Baía dos Porcos, tentativa do governo estadunidense, com uso de refugiados cubanos radicados em Miami, de derrubar o novo governo da ilha. Com o fracasso da empreitada, a estratégia norte-americana passa a ser intensificar as ações de sabotagem e o forçar o bloqueio internacional econômico e diplomático da pequena nação caribenha.

Com efeito, as reformas educacionais constituíram um esteio fundamental no fomento da união e da participação do povo cubano nos novos desafios nacionais que se apresentavam. Dessas, as mais importantes foram a radical reestruturação da educação dos adultos, a expansão da escolaridade nos níveis primário e secundário, o aprofundamento do nexos trabalho-escola e a interiorização das instituições escolares. Segundo Carnoy e Werthein (1984, p. 67, grifo nosso), essas reformas

[...] ocorriam dentro de uma ordem definida, isto é, cada reforma era o resultado de eventos que a haviam precedido, inclusive outras reformas. [...] as mudanças na sociedade cubana tornaram-se muito mais experimentais, e o processo de mudanças assumiu uma nova importância. Assim, a campanha de alfabetização influenciou o futuro da educação dos adultos; os internatos de escolas secundárias para estudantes da cidade e do campo, nas áreas rurais (escolas *no campo*), surgiu [*sic*] da experiência de se ter estudantes urbanos trabalhando no campo durante seis semanas por ano (escolas *para o campo*, que continuaram

funcionando mesmo depois de desenvolvidas as escolas no campo); as desistências na escola primária resultou [sic] na criação de novas escolas para os desistentes, etc. (CARNOY; WERTHEIN, 1984, p. 67).

O impulso com vistas à expansão da escolaridade nos níveis primário e secundário e ao aprofundamento do nexos trabalho-escola confluía para a interiorização das instituições escolares, processo levado a cabo por meio dos programas *Escola para o Campo* e *Escola no Campo*⁶.

A primeira década da Revolução foi marcada por um arrojado programa de educação para adultos, que incluía uma ambiciosa campanha de alfabetização de aproximadamente 985.000 pessoas em apenas oito meses, executada em 1961 por mais de 250.000 voluntários, incluindo trabalhadores, estudantes e professores. A taxa de analfabetismo, que no início do ano era de 21%, caiu vertiginosamente, em dezembro, para apenas 3,9%, a menor da América Latina (JOLLY, 1964 apud CARNOY; WERTHEIN, 1984).

Para além do êxito educacional da campanha, importa atentar para o *envolvimento* e a *mobilização* daquele corpo social em busca de seus objetivos coletivos, fatores cruciais e pressupostos indispensáveis com vistas ao atingimento do alvo estratégico da conscientização socialista e da transformação da cultura política cubana. Para Fagen (1969, p. 36),

Dessa forma, a campanha de alfabetização, como um ataque direto a um dos mais óbvios e amplamente condenados legados do antigo sistema educacional, desfrutava de substancial apoio desde o início. Nessa questão, diferentemente daquelas da reforma agrária e da nacionalização das indústrias, mesmo os inimigos de Castro tinham pouco a reclamar. A campanha prometia claro e imediato retorno em termos de uma

6 As primeiras tiveram suas experiências iniciadas em 1966, quando estudantes urbanos do segundo ciclo do ensino fundamental (da 7ª à 9ª série) e do ensino médio viajavam para áreas rurais, para realizar trabalhos agrícolas durante suas férias escolares. Em 1971, o modelo foi institucionalizado como “escolas no campo”, as quais consistiam em internatos anuais, de regime semanal, em áreas rurais, com alunos e professores do ensino secundário provenientes do meio urbano, implantados com vistas à escolarização de camponeses e suas famílias, no bojo da integração dos processos educacionais com a dinâmica produtiva nacional, que tinha no meio rural o locus dominante naquele contexto histórico da estrutura socioeconômica cubana.

mão de obra mais capaz e integrada; além do mais, era [conduzida] dentro da gama de possibilidades realistas. Com aproximadamente um quarto da população adulta analfabeta, o desafio era grande demais para parecer heroico sem ao mesmo tempo parecer absolutamente impossível.

Convergentemente, colocam Jolly e Dahlman (apud CARNOY; WERTHEIN, 1984, p. 84), respectivamente:

A campanha de alfabetização foi basicamente uma parte da Revolução. Em filosofia, espírito e organização, foi parte integrante de transformações mais amplas. Muita gente em Cuba sentia assim e estava disposta a levar a cabo o programa. Não é por acaso que 1961 foi denominado Ano da Educação.

[...] a campanha atingiu seus dois objetivos justamente graças aos esforços totais envolvidos. Além de ensinar a maioria dos analfabetos a ler e a escrever, atingiu o outro importante objetivo do governo. As pessoas de diferentes classes e origens sociais reuniram-se para aprender umas com as outras e para obter uma compreensão melhor de si mesmas, da Revolução e seus objetivos.

A atmosfera de entusiasmo e envolvimento da população nessas campanhas educacionais constituía um dos ingredientes fundamentais do desenvolvimento de um sistema de valores consentâneos à nova ordem social, que deveriam conformar o novo homem socialista. Nesse sentido, a ênfase nos estímulos morais, em detrimento dos materiais⁷, caracterizou a fase inicial (década de 1960 e início dos anos 1970) daquele processo de transformações estruturais pelas quais passava a nação.

7 A concepção dos estímulos morais como alicerce da construção dessa nova ordem social é teorizada e veementemente defendida, entre os planejadores do novo governo cubano, por Ernesto "Che" Guevara. "Para construir o comunismo, simultaneamente com a base material, há que se fazer o homem novo. Daí a importância de eleger corretamente o instrumento de mobilização das massas. Esse instrumento deve ser de índole moral, fundamentalmente, sem esquecer uma correta utilização do estímulo material, sobretudo de natureza social. [...] nos momentos de perigo extremo é fácil potenciar os estímulos morais [mas] para manter a sua vigência, é necessário o desenvolvimento de uma consciência em que os valores adquiram categorias novas. A sociedade em seu conjunto deve converter-se em uma gigantesca escola." (GUEVARA, 1965, s/p).

Como ilustração desse processo de conscientização dos valores socialistas, pode-se recorrer às experiências das escolas *para o campo*, que tinham como um dos intuitos eliminar as diferenças de escolarização entre a cidade e o campo, fortalecendo, de forma imediata, os laços entre os estudantes da agricultura e o seu real processo produtivo, e de forma mediata entre a escola e o cotidiano, pela educação da nova geração no trabalho e para o trabalho.

O papel desempenhado por esse sistema de valores pode ser avaliado, exemplificativamente, pelo que relata Zimbalist (apud CARNOY; WERTHEIN, 1984, p. 131, grifo nosso), que, em visita realizada a duas escolas secundárias em 1974 observou que

Naquele ano, a administração escolar tinha tentado introduzir prêmios para as melhores equipes de trabalho, *mas os alunos das duas escolas não aceitaram*. Esses estudantes, que não foram criados nem socializados numa sociedade capitalista, concebem seu trabalho como meio de promover o bem-estar social, não a prosperidade individual ou de um grupo. O sistema de prêmios não está sendo utilizado.

Diversamente da *competição* capitalista, a *emulação*⁸ que permeava a atmosfera de tais campanhas ocorria entre os grupos na mesma escola, ou entre escolas, mas nunca individualmente, e não era considerada um fim em si mesma, mas apenas um método de auto-aperfeiçoamento por meio da solidariedade e da colaboração entre os envolvidos.

A Revolução teve que procurar meios de viabilizar os compromissos assumidos com as massas, principalmente os econômicos, notadamente de redistribuição de renda e riqueza, e de redução do desemprego, de forma a manter e elevar qualitativamente o apoio popular às transformações pelas quais passava aquela nação. Os êxitos obtidos na redução das disparidades salariais, na diminuição do desemprego e na universalização dos serviços de educação e saúde de qualidade produziram a base para o que Carnoy (2007) chama de "capital

8 Houaiss (2001, s/p) salienta nitidamente a contraposição semântica de valores entre os dois termos, ao relacionar ao último um "[...] sentido moralmente sadio, sem sentimentos baixos ou violência".

social gerado pelo Estado"⁹, o qual propicia um amplo ambiente de apoio educacional a todos os estudantes, no qual atuam e interagem os diversos fatores que conformam a excelência do sistema educacional cubano, os quais são abordados na seção a seguir.

PILARES DO SISTEMA EDUCACIONAL CUBANO

A excelência do desempenho da educação cubana não pode ser atribuída a um único fator, mas a uma multiplicidade de características e elementos que, interagindo sinergicamente em um determinado contexto socioeconômico, cultural e político, a ser descrito, conformam um sistema educacional estruturado para cumprir a missão assumida pelo Estado de prover educação de qualidade para todo o conjunto da população, e não apenas para determinados segmentos dela. A seguir, são delineados alguns desses fatores, e a correlação sistêmica que há entre eles.

INVESTIMENTO SUSTENTADO EM EDUCAÇÃO

O decisivo apoio financeiro do Estado cubano à educação reflete-se na elevada porcentagem do PIB que aquela nação destina a essa área de sua política social. Cuba dobrou esse percentual médio de 3,4% antes da Revolução, na década de 1950, para 7% em 1965 (EDUCATION ENCYCLOPEDIA, s/d), e foi o país com a maior proporção do PIB investida em educação no mundo, 12,8%, em 2010 (WORLD BANK, 2015a).

Certamente, apenas uma elevada porcentagem do PIB alocada em educação não enseja a construção de um sólido sistema educacional, assim como é sabido que investimentos em educação precisam ser sustentados por um longo período de maturação para apresentarem resultados satisfatórios, o que foi precisamente o que ocorreu em Cuba, mesmo com todas as dificuldades econômicas decorrentes do bloqueio internacional imposto pelos Estados Unidos e do desaparecimento da União Soviética, seu então principal parceiro econômico.

9 O autor desenvolve esse conceito (state-generated social capital) ao ampliar as usuais noções de capital humano e de capital social para incluir as políticas de governo que criam o ambiente propício ao desenvolvimento de um sistema educacional exitoso em termos de igualdade de acesso e de aprendizagem (CARNOY, 2007).

Os resultados desse compromisso do Estado cubano com o investimento sustentado nessa área refletem-se no nível educacional da geração que hoje educa seus filhos e, por conseguinte, dos próprios educandos, como assinala Carnoy (2007, p. 49):

Portanto, uma possibilidade é que as crianças cubanas hoje em dia se beneficiem de duas gerações de investimentos governamentais sustentados em educação. Atualmente, os pais cubanos desfrutam de um nível educacional bem mais elevado do que os pais do restante da América latina.

Ademais, a análise do contexto socioeconômico cubano mostra que sem o mesmo esforço de priorização nas demais áreas sociais, notadamente na saúde, os resultados excepcionais de sua educação não teriam sido possíveis.

DOCÊNCIA: FORMAÇÃO DE EXCELÊNCIA E EXERCÍCIO SOB TUTORIA

Um dos fundamentos mais sólidos do desempenho superior da educação cubana é a rigorosa e permanente formação de seu corpo docente, ensejando, naquela sociedade, o prestígio e o elevado *status* dessa profissão, cujos membros são recrutados dentre os estudantes com melhor desempenho acadêmico. Nesse sentido, pontua Carnoy (2007, p. 49-50):

Os cubanos podem ter uma vantagem na qualidade da escola, mormente na qualidade do professor, o que pode estimular o desempenho acadêmico. As escolas cubanas podem ser mais eficazes, pois são capazes de recrutar professores mais bem educados e mais capazes, também por causa do melhor nível da educação cubana em relação aos outros países. Seus professores ganham salários que, embora baixos em termos absolutos, são semelhantes aos de outras profissões em Cuba. Assim, o recrutamento dos melhores e mais brilhantes para o ensino é mais fácil do que nos países com salários relativos mais baixos para os professores. Como os professores cubanos têm *status* social relativo maior, o absentéismo docente (e discente) pode ser menor em Cuba do que em qualquer outro país latino-americano, oferecendo às crianças cubanas mais tempo de aula com os professores.

A formação dos professores da educação básica em Cuba é realizada em cursos de graduação plena de nível superior, com duração de cinco anos, nos *Institutos Superiores Pedagógicos*¹⁰ (doravante ISP) e nas *universidades pedagógicas*¹¹ distribuídas em todas as províncias cubanas (MARIÑO SÁNCHEZ, 2004 apud TROJAN, 2008).

Desde o ano letivo 2002-2003, esses cinco anos de formação se dividem em duas etapas. A primeira, de caráter teórico-intensivo, ocorre nos ISP e nas *universidades pedagógicas*; a partir do segundo ano, são encaminhados para uma *microuniversidade*¹² que, em conjunto com *sedes universitárias municipais*¹³, garante a formação geral, profissional e acadêmica desses discentes, os quais, assim, continuam sua formação, articulando-a com a prática docente nas escolas escolhidas como microuniversidades, onde são orientados e acompanhados pelos professores mais experientes (TROJAN, 2008). Na precisa síntese de Michelotto (2010, p. 109):

A preparação específica pedagógica para formar professores da escola primária e secundária é ministrada nos Institutos Superiores de Educação, que funcionam como Universidades Pedagógicas, desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão. Os dois primeiros anos do curso constituem o núcleo básico, sendo o 1º ano de formação teórica intensiva em tempo integral; a partir do 2º, as aulas são ministradas em dois dias durante a semana e no sábado; nos demais, iniciam as práticas

10 Esses centros têm “[...] como objetivo preparar os estudantes para o estudo universitário independente, com uma adequada formação psicológica, pedagógica e sociológica que permita iniciar sua atividade docente.” (TROJAN, 2008, p. 12).

11 “Em 2005, Cuba dispunha de um total de dezesseis universidades pedagógicas, com o objetivo de formação e capacitação dos professores para todos os níveis de ensino do sistema educacional cubano, de acordo com o informe do Mined.” (CUBA, 2005 apud LEITE, 2006, p. 135, grifos nossos).

12 “A microuniversidade é uma escola, mas também pode ser um hospital, uma fábrica ou uma oficina”. (LEITE, 2006, p. 134, grifos nossos).

13 Instituídas em todos os municípios do país a partir de 2001 (TROJAN, 2008), as sedes universitárias municipais constituem o local onde os professores em formação desenvolvem as atividades acadêmicas e recebem das universidades da região onde se situam orientações voltadas às práticas docentes (LEITE, 2006; TROJAN, 2008). “Dentro do projeto, as sedes universitárias, que congregam os professores dos ISPs e adjuntos, passaram a ser o local em que, aos sábados, os graduandos desenvolvem atividades acadêmicas e recebem orientações voltadas às práticas docentes, sob responsabilidade do Ministério de Educação”. (LEITE, 2010, p. 263).

investigativas com um tutor, sendo que em meio período passam a trabalhar em uma escola sob orientação de um professor experiente credenciado. Essa escola que abriga o estudante dos cursos de formação de professores para a escola obrigatória é conhecida como microuniversidade.

No que concerne à carreira do magistério de nível superior, os rígidos critérios para admissão incluem, dentre outros, aprovação em rigorosa avaliação na qual a pontuação mínima deve ser superior a 4 em uma escala de 1 a 5 (MICHELOTTO, 2010), e experiência em sala de aula de pelo menos seis a sete anos no nível em que o candidato pretende ensinar (LUTJENS, 2000).

Importa destacar que, tal qual ocorre no modelo educacional finlandês, a formação docente no sistema educacional cubano adota uma perspectiva crítica e analítica, orientada à pesquisa, razão pela qual desde suas etapas iniciais todos os professores são orientados a conduzir em seus trabalhos pesquisas aplicadas, de forma a aprimorar a aprendizagem e sistematizar a experiência pedagógica do corpo docente. Tal enfoque coaduna-se com a forte ênfase no trabalho em equipe e no intercâmbio de experiências, traço cultural já característico daquela sociedade, corolário de seu envolvimento em inúmeras situações de mobilização popular nas mais diversas esferas, desde a vitória da Revolução em 1959 (GASPERINI, 2000). Nesse sentido, essa autora pontua que, naquele sistema educacional,

Cada área tem um *coletivo pedagógico* para cada disciplina¹⁴ (*ciências naturais, ciências sociais, etc.*). Esses coletivos pedagógicos encontram-se periodicamente para discutir métodos de ensino, produzir materiais de aprendizagem, adaptar currículos às necessidades locais e trocar experiências. O *coletivo pedagógico* desenvolve um “banco de problemas” e desenvolve planos para resolver esses problemas. Cada programa possui um Manual Metodológico para professores de cada série que fornece exemplos de boas lições e guia sobre como ensinar diferentes unidades de aprendizagem. O *coletivo* de professores encontra-se a cada duas semanas para discutir estratégias de ensino, os problemas da escola, avaliação e o clima educacional geral da escola. O apoio institucional é fornecido pelas escolas para

14 Em Cuba, denomina-se asignaturas o que no Brasil se conhece como disciplinas, sendo o conjunto de asignaturas correlatas às áreas mais abrangentes do conhecimento designado de disciplinas.

promover o desenvolvimento profissional entre os professores. Um *metodólogo*¹⁵ trabalha junto com os professores para apoiá-los em diferentes assuntos. Esse enfoque no desenvolvimento profissional contínuo é consistente com as melhores tendências internacionais em Educação. (GASPERINI, 2000, p. 9).

No que se refere aos vínculos com a comunidade, os professores interagem regularmente com os pais por intermédio dos *conselhos de pais*, ocasião em que os docentes tomam conhecimento das condições que enfrentam os alunos e suas famílias, possibilitando o desenvolvimento de uma ampla rede colaborativa de apoio à educação que, em última instância, sustenta as inovações desenvolvidas nas escolas, pela legitimidade que aquela adquire no seio da comunidade. São comuns visitas de professores aos pais, oportunidade na qual tentam identificar potenciais problemas que possam afetar a aprendizagem dos educandos (GASPERINI, 2000).

Um princípio fulcral do sistema educacional cubano consiste no foco que a formação dos educadores tem na *transmissão eficaz do currículo nacional*. Tanto na etapa inicial¹⁶, como nas posteriores de sua formação, e mesmo no exercício regular de sua profissão, os professores são orientados e supervisionados de forma que se assegure que o *currículo seja efetivamente ensinado e que os alunos de fato o aprendam*. Fica claro que o foco do sistema educacional cubano é o ensino do currículo¹⁷. Por se tratar de professores bem formados, constantemente orientados e que dominam o conteúdo, a consciência da responsabilidade de se ensinar efetivamente o currículo tende a fluir naturalmente, permeando a cultura organizacional no seio daquele corpo docente. Carnoy (2007, p. 106-107, grifo nosso) ilustra bem a relação dialética entre autonomia e responsabilidade, que marca a atuação do magistério cubano:

15 “Um “especialista municipal” em métodos de ensino (metodólogo municipal) ajuda a escola a resolver problemas pedagógicos. Se um problema não for resolvido com os metodólogos, o Instituto de Capacitação Pedagógica entra em ação.” (GASPERINI, 2000, p. 12, grifos nossos).

16 Os professores cubanos são formados em núcleos, com cada núcleo supervisionado por um professor tutor, que acompanhará esses formandos e supervisionará suas futuras atividades de ensino. (CARNOY, 2007).

17 Carnoy (2007) ressalta que o currículo cubano não aborda tanto conteúdo quanto alguns livros didáticos no Brasil, mas, basicamente, todos os estudantes cubanos estudam todo o conteúdo do currículo nacional. Chama a atenção ainda para o “círculo virtuoso” que essa política gera: se os atuais professores têm um elevado nível de conhecimento do conteúdo é porque, quando alunos, tiveram que aprender todo o currículo, o mesmo tende a ocorrer com seus atuais estudantes, muitos dos quais serão os docentes das futuras gerações.

[...] Os professores em Cuba são considerados profissionais e são responsáveis por implementar o currículo do Estado, *mas seu profissionalismo não inclui autonomia à custa da aprendizagem dos alunos.* A organização das escolas cubanas está sujeita ao imperativo categórico de atingir os objetivos do currículo em cada sala de aula e os diretores e os vice-diretores compartilham a responsabilidade com os professores, garantindo que os professores em sua escola cumpram o seu dever.

[...] Ao mesmo tempo, a maioria dos professores cubanos foi capacitada por meio de uma formação muito boa e uma supervisão construtiva, para ser eficaz no seu trabalho; eles não apenas se sentem responsáveis pelas crianças a quem ensinam, mas também têm as habilidades para transformar esses sentimentos de responsabilidade em altos níveis de aprendizagem dos alunos.

No que respeita à avaliação docente, esta é sensivelmente facilitada tanto pelo fato de os educadores cubanos estarem acostumados a ser observados e “avaliados” construtivamente em suas salas de aula por supervisores e tutores, como também porque em Cuba um professor ensina todas as matérias até a 4ª série, responsabilizando-se, assim, por um grupo de alunos durante esse período de sua vida escolar. Ademais, sobressai o caráter participativo da avaliação, cujo processo inclui todos os principais atores do sistema educacional, incluído o *coletivo* de docentes, bem como seu aspecto formativo, por fornecer recomendações e planos de aprimoramento profissional, assim como encaminhamento a cursos de pós-graduação.

AMBIENTE SOCIAL FAVORÁVEL

De nada adiantaria o elevado desempenho em fatores diretamente correlacionados com o sistema educacional, como a formação e a avaliação do corpo docente, o efetivo ensino do currículo nacional, as turmas reduzidas e o estreito vínculo dos professores com os alunos, se o ambiente social no qual interagem todos esses fatores não fosse congruente com os objetivos educacionais daquele Estado.

O contexto social no qual as crianças cubanas estudam provê-lhes todo o apoio necessário para a aprendizagem, começando pelos cuidados de saúde desde a mais tenra idade, passando pela efetiva garantia de que elas não precisarão trabalhar na infância e culminando com a garantia de emprego¹⁸, alimentação, saúde e moradia na idade adulta.

O baixo índice de criminalidade presente naquela sociedade propicia às suas crianças um ambiente sem violência, além de salas de aula praticamente sem distúrbios, fato raro entre as crianças da classe trabalhadora nos demais países latino-americanos, marcados por acentuada segregação e estratificação social.

Nesse sentido, a quase inexistente desigualdade socioeconômica em Cuba constitui vetor fundamental na conformação do ambiente social favorável ao desenvolvimento da educação de qualidade em massa, da saúde pública universal e de outros serviços sociais, empreendimentos nos quais resta certa unanimidade que os Estados autoproclamados socialistas têm sido superiores aos capitalistas, abstraindo-se da discussão concernente às "liberdades individuais" nos dois sistemas socioeconômicos¹⁹. No entendimento de Carnoy (2007, p. 53):

O Estado põe grande ênfase na igualdade e na redução da diferença de classe social. Ele visa a garantir a saúde e a segurança das crianças e a eliminar o trabalho infantil. Conseqüentemente, as famílias confiam na habilidade do Estado para produzir educação de qualidade para todos. Isso, por sua vez, leva ao desenvolvimento de uma cultura da juventude e de normas sociais em que mesmo grupos de NSE [nível socioeconômico] mais

18 Conforme se tratará em seção ulterior, desde o início dos anos 1990 Cuba enfrenta um período delicado relacionado ao seu desenvolvimento socioeconômico e à sua própria sustentabilidade como nação balizada nos princípios socialistas, forjados desde a eclosão da Revolução. Nessa conjuntura, há que se relativizar a garantia ao emprego, tendo em vista a impossibilidade financeira de aquele Estado continuar a oferecer essa garantia de maneira absoluta. Não obstante, entende-se que a manutenção das demais garantias (alimentação, saúde e educação) supre, de maneira satisfatória, a subsistência digna das camadas mais necessitadas de sua população.

19 Não obstante o escopo do presente trabalho impossibilite o tratamento da questão das liberdades individuais no socialismo e no capitalismo com a profundidade necessária, a realidade empírica tem mostrado que nas sociedades capitalistas, tidas como "livres e democráticas" pelos segmentos midiáticos e acadêmicos hegemônicos, a possibilidade legal e jurídica de se exercer efetivamente essa liberdade em quase todas as esferas da sociabilidade encontra intrínsecas limitações, impedindo, na prática, seu exercício.

baixo valorizam o sucesso acadêmico. O socialismo complementa a distribuição da educação em massa e de outros serviços sociais melhor que o individualismo e a competitividade louvados pelas sociedades capitalistas [...].

Nessa obra, o mencionado autor desenvolve a categoria *capital social gerado pelo Estado*, a partir da noção de capital social trabalhada por Coleman (1988), assim sintetizada por aquele autor.

A noção de capital social de Coleman contrasta drasticamente com a ideia de capital cultural de Bourdieu e Passeron, que consideravam as escolas como o instrumento de uma classe social. As escolas reproduzem a estrutura social controlada pelas elites intelectual e burocrática, reforçando aquele capital cultural das elites. Coleman via o capital social como independente de classe; as famílias de qualquer classe social são capazes de acumular capital social construindo redes e despendendo mais esforço na educação dos seus filhos. Instituições como as escolas católicas também podem desenvolver capital social por meio da criação de comunidades. Coleman não define capital social em termos de classe social, mas sim em termos de acumulação individual, consciente; uma noção progressista de capital, sujeita à intervenção política, à equalização e a todas as outras possibilidades, em uma sociedade definida como fluida e aberta à mudança social. (CARNOY, 2007, p. 12).

A noção de Coleman (1988) era a de que as famílias influenciam a aprendizagem dos seus filhos por meio do capital humano (o *quantum* de educação dos pais) e do capital social (o poder da rede de relacionamentos que contribui para a educação dos filhos). Salientando sua discordância com aquele sociólogo no que se refere à possibilidade de que o capital social possa ser facilmente adquirido, Carnoy (2007) transcende e amplia o conceito daquele autor, para incluir nesse as ações promovidas pelo Estado no sentido de fomentar as condições estruturais propícias ao desenvolvimento humano, social e econômico de uma nação e de seu povo.

O êxito do Estado cubano na geração desse capital social mostra que ele tem atuado muito mais do que como mero abonador ou regulamentador dos mecanismos de mercado infiltrados nos sistemas educacionais, como o fazem os países que relegam a

educação de seu povo às intempéries do mercado capitalista. Apesar de dividir com a família o empenho e o acompanhamento quanto ao rendimento escolar de suas crianças, *o Estado cubano, com efeito, chama para si a responsabilidade pela efetiva aprendizagem e pela qualidade da educação, em todos os níveis, praticada naquele país.*

Nesse sentido, caberia, como faz Carnoy (2007), questionar, mormente com relação aos países centrais, detentores de maior poderio econômico, *quão responsável deve ser o Estado pela criação desse ambiente social* conducente a condições propícias para o desenvolvimento educacional de suas crianças, jovens e cidadãos em geral. Fica claro, portanto, que a inquestionável excelência desse sistema educacional desafia os cânones da educação mercantil, cavalo de troia e obsessão dos reformadores globais da educação.

VELHOS PROBLEMAS, NOVOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO SÉCULO XXI

Qualquer análise de um sistema educacional não pode ser empreendida sem levar em conta o macroambiente social, político e econômico no qual aquele se insere, e isso se aplica, certamente, ao caso cubano.

Nesse sentido, mostra-se forçoso considerar e sopesar o fascínio e o potencial de envolvimento emocional (amistoso ou hostil) que a Revolução Cubana suscita entre os que a estudam e/ou pesquisam, mesmo hodiernamente, desafiando a tão propalada neutralidade que o positivismo prescreve para o trabalho do cientista social. Dessa forma, importa identificar as diversas perspectivas analíticas que procuram dar conta das transformações pelas quais passou aquela sociedade nos últimos 56 anos.

Posicionando-se invariavelmente de forma hostil ao regime socialista cubano, os "cubanólogos" (como eles mesmo se autointitulam) constituem um grupo de pesquisadores cubanos emigrados que têm como base as cidades de Pittsburgh e Miami, nos EUA, país que lhes fornece amplo apoio financeiro e acadêmico. Seu principal representante é o "decano dos estudos sobre Cuba", Carmelo Mesa-Lago, da Universidade de Pittsburgh, com mais de 30 livros publicados sobre o assunto. Essa corrente advoga a reestruturação da economia cubana sob os auspícios dos cânones do Consenso de Washington, a saber, total abertura da economia

aos fluxos globais de capital, privatização de todos os ativos estatais, desregulamentação de preços e salários e drástica redução dos gastos sociais. Ou seja, em essência, trata-se do programa aplicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial na Rússia e nos países do leste europeu, após 1990, e na América Latina e na África, nas décadas de 1980 e 1990. Agouram, peremptoriamente, à *la Thatcher*, que “não há alternativa” para Cuba, a não ser render-se à economia global de mercado e restabelecer plenamente o capitalismo como sistema socioeconômico (MORRIS, 2014).

Perquirindo um enfoque mais nuançado, não obstante crítico, no exame do quadro socioeconômico cubano desde a dissolução da URSS, deparou-se este pesquisador com estudos de Emily Morris, professora do Instituto das Américas, da *University College*, em Londres; de Omar Everleny Pérez Villanueva, professor titular no Centro de Estudos da Economia Cubana, da Universidade de Havana e de Alberto Gabriele, assessor de assuntos econômicos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Gênova, Itália. No geral, os três pesquisadores delineiam e aprofundam a análise dos problemas principais que Cuba enfrenta numa perspectiva de superação do modelo tradicional de socialismo, na construção de seu próprio modelo.

De suas partes, Morris e Villanueva entendem a condução, pelo governo, da política econômica daquele país, pós-1990, como a que tem sido possível, dadas as condições macroeconômicas interna e externa, bem como o longo bloqueio estadunidense, destacando que quando todos os demais países do antigo bloco soviético optaram por reformas econômicas de caráter francamente capitalista que penalizaram duramente a maioria de suas populações, Cuba tomou a direção contrária, chegando mesmo a aumentar o gasto social (MORRIS, 2014).

No mesmo sentido, entende o autor do presente estudo que o próprio ritmo das reformas em direção a uma maior participação do setor privado nacional e internacional em sua economia, considerado lento pelos investidores estrangeiros e pelos cubanólogos, reflete o cuidado do Estado para evitar que os efeitos de uma acelerada e mal calibrada introdução de mecanismos de mercado na economia daquela nação comprometa sua rede de proteção social, como imprudentemente procederam os governos chinês e vietnamita nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente, desmantelando

completamente seus sistemas de saúde pública (GABRIELE, 2011a, 2011b).

Não obstante, os três cientistas sociais²⁰ concordam com a necessidade de reformas econômicas, com vistas à atualização do socialismo de Cuba, chegando Gabrielle (2011a e 2011b) e Villanueva (2011) a considerar as experiências de China e Vietnã como modelos de aprimoramento socialista a serem estudados, com o intuito de subsidiar o processo homólogo cubano.

O traço fundamental que distingue o enfoque de Gabriele da perspectiva adotada pelos outros dois estudiosos mencionados consiste no seu entendimento de que os mecanismos de planejamento do tradicional socialismo de Estado mostraram-se inadequados para reagir com a rapidez e a flexibilidade necessárias às transformações econômicas globais das últimas décadas. Conquanto não se possa desprezar o enorme peso de fatores exógenos, como o bloqueio estadunidense, a dissolução da URSS, os furacões que, de tempos em tempos, castigam Cuba e mesmo a crise capitalista de 2008, que deteriorou consideravelmente os termos de troca praticados em seu comércio exterior, esse economista entende que a crise econômica de 1990-1993, assim como a atual²¹, possuem, com efeito, *raízes endógenas*²² e até mesmo estruturais. Sustenta ele que o elevado desenvolvimento do país nas áreas sociais (saúde, educação, assistência social, etc.) processou-se à custa da industrialização e da produção até mesmo de bens de consumo básico para sua população, tendo ficado por muito tempo o país sujeito a um único item de sua pauta de exportações, a saber, a cana de açúcar, para

20 Utiliza-se no presente estudo a expressão cientistas sociais na acepção ampla do termo, que engloba economistas, além de sociólogos, politólogos, antropólogos e outras categorias de pesquisadores de áreas afetas ao estudo das sociedades.

21 Gabriele (2011a) aponta que, a partir de 2008, Cuba apresenta uma reversão no crescimento econômico apresentado desde 2003 e o agravamento do desequilíbrio em suas contas causado pela escassez de divisas, que levou à crise do final daquela década, ainda não sanada. Segundo ele, “Já em meados de 2008, Cuba foi forçada a suspender o pagamento de diversas obrigações da dívida externa com os credores do Japão, Alemanha, Canadá e França. A quantidade de não-pagamentos pode ter chegado a 1 bilhão de dólares no final do ano. A maioria das contas bancárias dos investidores estrangeiros foram congeladas e uma crise bancária de sérias proporções emergiu no início de 2009. Como resultado, os bancos cubanos estão presos em uma crise de liquidez sistêmica, que não pôde ser completamente superada até agora.” (GABRIELE, 2011b, p. 653).

22 Entendimento do qual Morris (2014, p. 19) discorda taxativamente: “As afirmações dos cubanólogos de que as características endógenas foram as responsáveis pela severidade da contração do período 1990-1993 ignoram o gravíssimo impacto do colapso do COMECON”.

obter os recursos financeiros que possibilitassem a importação de gêneros de necessidade imediata. A partir de 2004, no entanto, o setor de serviços passa a ser o maior responsável pelo ingresso de recursos externos, todavia sua baixa produtividade não permite um crescimento sustentado do PIB da nação.

Não se confunda, entretanto, a perspectiva de Gabriele alinhando-a com a dos cubanólogos. Com efeito, a óptica desse pesquisador privilegia a centralidade do *princípio socialista* da distribuição de acordo com o trabalho²³, opondo-se à adoção que, na sua concepção, tem predominado em Cuba, a do *princípio comunista* da distribuição de acordo com o a necessidade; fundamentando sua posição precisamente no “respeito à lei do valor²⁴” (GABRIELE, 2011a, p. 183).

O outro problema chave com a construção do socialismo de Cuba foi uma particularmente pronunciada negação da própria básica e (pelo menos teoricamente) bem estabelecida distinção entre os princípios socialista e comunista de produção e distribuição. Essa falácia idealista levou a um recorrente viés de política igualitária em favor da distribuição de bens e serviços a cargo do Estado, e não do mercado, em um grau que era inconsistente com o nível objetivo do desenvolvimento das forças produtivas. (GABRIELE, 2011b, p. 650).

Deixando clara sua opção política, teórica e metodológica pelo aperfeiçoamento do socialismo, o autor advoga, além das prementes reformas econômicas a seguir mencionadas, a concentração de esforços com vistas ao desenvolvimento do setor de serviços intensivos em conhecimento²⁵, área em que Cuba desfruta de

23 Cf. MARX, 2012.

24 Cf. ANDRADE, 2007.

25 O autor refere-se a alguns subsetores de nicho de produção caracterizados por uma elevada intensidade de “capital humano” especializado, mas relativamente baixa intensidade de capital físico. “Cuba já produz com sucesso na área de biotecnologia, assim como drogas e equipamentos médicos. Ela pode expandir e melhorar a sua capacidade para fabricar e exportar estes e outros bens intensivos em conhecimento. Para isso, deve manter e fortalecer seletivamente a prioridade que vem concedendo a esses setores na alocação do investimento público, bem como reformar as empresas públicas de elite para lhes conferir mais autonomia e orientação para o mercado, e promover diversas formas de cooperação internacional (como IED, joint-ventures, acordos internacionais e intergovernamentais). Esses nichos selecionados de capital humano intensivo, no entanto, devem ser vistos como essencialmente auxiliares e complementares ao desenvolvimento de toda uma política industrial focada em serviços de conhecimento intensivo. Devido à singularidade da história econômica de Cuba, a saúde e, possivelmente, outros serviços de conhecimento intensivo

incontestemente vantagem competitiva em âmbito mundial, ombreado com as nações centrais.

No que se refere às distorções mais graves presentes na economia cubana, que precisam ser sanadas o mais rápido possível, os três estudiosos convergem em apontar a unificação do câmbio²⁶, o alinhamento dos preços de bens, serviços e mão de obra com os mercados externos e a escassez de fontes externas de financiamento, todas questões cuja premente equalização é reconhecida pela liderança nacional²⁷, que nelas já vem, desde a posse de Raul Castro em 2006, concentrando-se mais detidamente. Nesse sentido, posiciona-se Gabriele (2011, p. 194, grifo nosso), sintetizando seu diagnóstico sobre o quadro socioeconômico cubano e as perspectivas de superação de seus problemas:

A tensão entre as realizações excepcionais de Cuba em desenvolvimento humano e a fraqueza de sua base material não pode ser mantida indefinidamente. O governo cubano reconheceu esta realidade, e tem começado a promover algumas mudanças radicais. No meu ponto de vista, deve também reconhecer as deficiências intrínsecas do mecanismo de planejamento central, a necessidade de expandir o papel do mercado e das relações monetário-comerciais e a inevitabilidade de se respeitar a lei do valor e o critério socialista de distribuição de acordo com o trabalho, traduzindo estes princípios teóricos em um programa de reformas estruturais. O objetivo final de tal programa deve ser o de suplantar definitivamente o modelo tradicional de socialismo de Estado, *rumo a uma transição para uma forma especificamente cubana de socialismo de mercado*.

Congruentemente, em suas linhas gerais, arremata Morris (2014, p. 49-50), em notável síntese, a qual se optou por reproduzir, a seguir, a despeito de sua extensão:

Antes de descartar Cuba, considerando-a uma força esgotada, dever-se-ia reconhecer a magnitude de suas realizações. Embora

(por exemplo, alguns nichos especializados em pesquisa e desenvolvimento e consultoria) são de fato os únicos setores com um verdadeiro potencial para se tornarem o motor do desenvolvimento sustentável e sustentado da economia cubana como um todo". (GABRIELE, 2011a, p. 191, grifos nossos). Atente-se, por sinal, para mais uma evidência do acerto do compromisso do Estado cubano com a educação, mesmo em situações de extrema penúria de recursos fiscais.

26 Em Cuba existem dois tipos de câmbio, o oficial, conversível com o dólar na paridade um-um, e o "não oficial", mas legal, praticado em algumas casas de câmbio oficiais, conversível com o dólar na paridade 1-24. (MORRIS, 2014).

27 Cf. CUBA, 2011.

admitindo que os mecanismos de mercado possam contribuir para uma economia mais diversificada e dinâmica, a liderança cubana não engoliu as promessas de liberalização e de privatização em grande escala e foi sempre consciente de seus custos sociais. Esta abordagem, definida entre outras coisas pelas excepcionalmente difíceis condições internacionais, tem sido mais bem-sucedida em termos de crescimento econômico e proteção social do que supunham os modelos do Consenso de Washington. [...] Em primeiro lugar, Cuba tem sido capaz de manter uma rede de segurança social durante a crise, em contraste com o resto dos países mencionados [China e Vietnã]. No contexto do singularmente severo choque exógeno e do hostil entorno externo, o compromisso com a prestação de assistência social universal serviu certamente para limitar as dificuldades sociais. Em segundo lugar, o processo de ampla consulta pública está ligado à primeira opção, especialmente em três momentos críticos: no início da crise, no processo de estabilização e na véspera do novo ajuste da fase de Raul Castro. Em terceiro lugar, para manter o controle sobre preços e salários durante o primeiro período de choque e de recuperação, foi possível restaurar relativamente depressa a estabilidade, freando uma espiral inflacionária. Embora os salários e preços fixos tenham criado condições para uma economia informal, eles também serviram para minimizar as perturbações e limitar a diferença de renda dentro da economia formal. [...] Em quarto lugar, o estado manteve o controle do processo de reestruturação econômica, o que lhe permitiu canalizar os recursos muito limitados para investir em setores estratégicos, conseguindo uma notável recuperação das receitas em moedas estrangeiras em relação ao capital disponível. Essas empresas também serviram como 'oportunidades de aprendizado' para planejadores, gestores e trabalhadores cubanos para debater como se adaptar às mudanças na situação internacional.

A trajetória socioeconômica da Revolução Cubana tem evidenciado que, apesar das contradições e da difícil conciliação do modelo de socialismo que aquela nação vem conseguindo forjar com os pressupostos da teoria clássica marxista, bem como das dificuldades e da hostilidade da (ainda) maior potência econômica e militar do planeta, é possível a um país a implantação e o aperfeiçoamento de um modelo econômico que tenha como premissa fundamental a garantia de condições dignas de existência para seu

corpo social, com equilíbrio e justiça na distribuição dos resultados do trabalho coletivo.

CONCLUSÃO: REPRODUTIBILIDADE DO SISTEMA EDUCACIONAL CUBANO EM OUTRAS FORMAÇÕES SOCIAIS

Conforme anteriormente analisado, as reformas na educação cubana ocorreram no contexto de transformações de extremas amplitude e profundidade em quase todas as esferas daquela sociedade, conduzidas pela Revolução de 1959. A natureza estrutural de tais mudanças reflete-se no peculiar perfil cultural, ético e político daquele corpo social, destoante, qualitativamente, de seus homólogos nos demais países da América Latina, o que, *per se*, já denota as dificuldades de se tentar replicar a experiência educacional daquele país caribenho em outras nações.

A reprodução da vitoriosa experiência cubana em educação para outras formações sociais demandaria condições políticas favoráveis à transferência de grande volume de recursos públicos para as áreas sociais, beneficiando segmentos de baixa renda, medida que frequentemente encontra resistência e forte oposição por parte de setores médios e da elite econômica das sociedades em que se tenta implantar reformas dessa natureza. Ademais, no caso cubano, a reforma educacional insere-se em uma estratégia bem mais abrangente daquele Estado, no sentido de construir o alicerce social, por meio de políticas públicas que garantem emprego, alimentação, saúde, assistência social e moradia para todo o povo, com vistas dotar sua base social de condições orgânicas, psíquicas e intelectuais apropriadas para a alavancagem do desenvolvimento socioeconômico.

Apesar de sua difícil transposição integral para outras formações econômico-sociais, vários elementos do sistema educacional cubano são suscetíveis de adoção em sistemas correspondentes, em outros países ou em suas instâncias subnacionais. Daqueles, podem-se destacar o recrutamento e a formação de seu corpo docente, bem como seu acompanhamento por parte de professores mais experientes, além dos cuidados no sentido de que todos os alunos estejam saudáveis e bem alimentados.

Naturalmente, deve-se levar em conta o contexto sociopolítico, cultural, ideológico e econômico de ambos os sistemas, visando

a uma proveitosa aplicabilidade de tais soluções. Saliente-se, em qualquer caso, a imperiosa necessidade de envolvimento de toda a comunidade educacional em todas as fases dos projetos, para o êxito do empreendimento, como ensina o caso cubano.

O êxito do modelo educacional de Cuba mostra que mesmo um país pobre pode, havendo coesão social em torno dos valores de igualdade, fraternidade, respeito à vida humana e, de forma ampla, justiça social, construir um sistema que estruture uma educação de qualidade para toda a população, e não apenas para setores privilegiados dessa.

CUBAN EDUCATIONAL SYSTEM: EXPLANATORY FACTORS AND REPRODUCIBILITY IN OTHER SOCIAL FORMATIONS

ABSTRACT

This article is an analysis of the Cuban educational system set up with the victory of the Revolution in 1959, passing the historical context of transition from a capitalist socio-economic system dependent to another order, self-declared socialist in 1961 and the main factors of consistency and high performance in that educational model, among which one can highlight: the sustained investment in education, always with a high percentage of the Gross Domestic Product (the largest in the world in 2012, according to the World Bank), the excellence of the training of its faculty, social environment favorable to culture and education and the successes achieved in reducing the pay gap, the decline in unemployment and the universalization of education and quality health services, which produced the basis for what economist Martin Carnoy calls "social capital generated by the state". The main objective of this study is to provide empirical evidence of the feasibility and economic and social sustainability of educational models antipodes to their counterparts devoted to market mechanisms. For this, it is used, as a method, bibliographic and documentary analysis. The conclusion is that despite the unquestionable achievements of the country in education, the reproducibility of these brilliant results in other countries can not occur mechanically, by simple transposition measures, without taking into account the social, historical, cultural and economic contexts. However, this precaution is not to elide or even mitigate the heuristic potential of the study of these processes, in order to support the improvement of educational systems of countries in similar conditions to that Caribbean nation.

Keywords: Cuban education. Educational system. Socialism.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrick Rodrigues. A "lei do valor" e o projeto socialista. In: CEMARX, 5., 2007, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp, nov. 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Patrick_Andrade.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRUNS, Barbara; LUQUE, Javier. Great teachers: how to raise student learning in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank, 2014. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/LAC/Great_Teachers-How_to_Raise_Student_Learning-Barbara-Bruns-Advance%20Edition.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

CARNOY, Martin. Cuba's academic advantage. Why students in Cuba do better in school. Stanford: Stanford University, 2007.

CARNOY, Martin; WERTHEIN, Jorge. Cuba: mudança econômica e reforma educacional 1955-1974. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology, n. 94, p. 95-120, 1988.

CUBA. Lineamentos da política econômica e social do partido e a revolução. In: CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 6., 2011, La Habana. Documentos. La Habana, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/1160711p.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

EDUCATION ENCYCLOPEDIA – StateUniversity.com. Cuba: Administration, Finance, & Educational Research. s/d. Disponível em: <<http://education.stateuniversity.com/pages/331/Cuba-ADMINISTRATION-FINANCE-EDUCATIONAL-RESEARCH.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

ERIKSON, Dan; LORD, Annie; WOLF, Peter. Cuba's social services: a review of education, health, and sanitation. World Bank: Washington DC, 2002. Disponível em: <http://www-ds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer?WDSPIB/2004/03/01/000265513_20040301113757/Rendered/PDF/28008.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

FAGEN, Richard. The transformation of political culture in Cuba. Stanford: Stanford University, 1969.

FERNÁNDEZ, Rodolfo Dávalos. Embargo o bloqueo? La instrumentación de un crimen contra Cuba. La Habana: Capitán San Luis, 2012.

GABRIELE, Alberto. Cuba: A services-centered survival and development pattern. In: FONT, Mauricio. Political economy of change in Cuba. New York: University of New York, 2011a, p. 133-154.

_____. Cuba: from state socialism to a new form of market socialism? Comparative Economic Studies, n. 53, p. 647-678, 2011b.

Sistema educacional cubano... - Remo Moreira Brito Bastos

GASPERINI, Lavinia. The Cuban education system: lessons and dilemmas. Country studies: education and management publication series, v. 1, n. 5. Washington, DC: World Bank, 2000. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-109907_9877269/547664-1099080026826/The_Cuban_education_system_lessonsEn00.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

GLOBAL ECONOMY, THE. Cuba despesas de educação, percentagem do PIB. s/d. Disponível em: <http://pt.theglobaleconomy.com/Cuba/Education_spending/>. Acesso em: 26 jun. 2015.

GUEVARA, Che. El socialismo y el hombre en Cuba. Marxists Internet Archive. 1965. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm>>. Acesso em: 30 maio 2015.

HOUAISS, Antonio. Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2001.

LEITE, Maria do Carmo Luiz Caldas. A escola como microuniversidade na educação secundária em Cuba. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p. 257-276, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a13.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. Los valientes: a formação de professores na escola secundária básica em Cuba. 2006. 312 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.unisan.tos.br:8181/handle/tede/222>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

LOBE, Jim. Finance: learn from Cuba, says World Bank. Internet Press Service. 1 May 2001. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/2001/05/finance-learn-from-cuba-says-worldbank/>>. Acesso em: 27 maio 2015.

LUTJENS, Sheryl. Educational policy in socialist Cuba: the lessons of forty years of reform. 2000. Disponível em: <http://www.angelfire.com/pr/red/cuba/educational_policy_in_cuba.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MICHELOTTO, Regina Maria. Democratização da educação superior: o caso de Cuba. Curitiba: UFPR, 2010.

MARTÍN SABINA, Elvira; BENÍTEZ CÁRDENAS, Francisco. Universalización e inclusión social en Cuba. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto; PAULA, Maria de Fátima Costa de (Org.). La democratización de la educación superior en América Latina: límites y posibilidades. Saenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011. p. 122-135.

MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORRIS, Emily. Cuba inesperada. New left review, Ecuador, n. 88, p. 7-51, sept./oct. 2014.

TROJAN, Rose Meri. Educação básica e formação docente em Cuba: prós e contras. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 53-64, 2008.

_____. Teoria e prática na formação docente: estudo das políticas educacionais brasileiras e cubanas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/341/349>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Education for All 2000-2015: achievements and challenges*. Paris, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002322/232205e.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Primer estudio internacional comparativo sobre lenguaje, matemática y factores asociados en tercero y cuarto grado*. Unesco América Latina: Santiago, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001231/123130S.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

VILLANUEVA, Omar Everleny Pérez. *La actualización del modelo económico cubano*. In: FONT, Mauricio. *Political economy of change in Cuba*. New York: City University of New York, 2011, p. 01-18.

WORLD BANK. *Government expenditure on education, total (% of GDP)*. 2015a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Pupil-teacher ratio, primary*. 2015b. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SE.PRM.ENRL.TC.ZS>>. Acesso em: 26 maio 2015.

Aprovado em dezembro de 2015

Publicado em abril de 2016